

HISTÓRIA E PRESENTE EM COEXISTÊNCIA: O SISTEMA TRADICIONAL DE FAMÍLIA E A SUBMISSÃO APARENTE DA MULHER JAPONESA

HISTORY AND PRESENT IN COEXISTENCE: THE TRADITIONAL FAMILY SYSTEM AND THE APPARENT SUBMISSION OF THE JAPANESE WOMAN

Vitor Arraes Gomes¹

Resumo: Muito antes da chamada ocidentalização do Japão, no século XIX, a figura feminina exercera enorme influência sobre a sociedade nipônica, presente nas formas de explicação mítica sobre a origem do mundo e da vida desde a era Muromachi (1336). Por muito tempo, a ideia de companheira fiel, guardiã do lar e geradora de filhos marcou a mulher nipônica do círculo familiar antigo, mas processualmente abriu espaço para a emergência da “nova mulher”, ao final da segunda metade do século XX. Desse modo, a independência financeira, a realização profissional e a maior segurança são conquistas recentes que coexistem com problemas sociais patológicos a partir do pós-guerra. Dentro deste universo de pesquisa, procura-se analisar o processo de constituição social da mulher japonesa através de determinados fenômenos da história do Japão Antigo e Moderno, tais como o sistema *ie* de família tradicional e as transformações da Era Meiji (1868-1912). Metodologicamente, parte-se de análise literária mediante a articulação de preceitos sociológicos com os estudos sobre cultura japonesa. Este novo cenário é autêntico na história de um país secular demarcado por sistemas patriarcais e mecanismos rígidos de conduta ético-moral. As aparências e estigmas passados precisam ser analisados pelo olhar do cientista social para a apreensão das novas singularidades.

Palavras-chave: Mulher japonesa. Sistema *ie*. Família tradicional.

Abstract: Long before the so-called westernization of Japan, in the 19th century, the female figure had had an enormous influence on Japanese society, present in the forms of mythical explanation about the origin of the world and of life since the Muromachi era (1336). For a long time, the idea of a faithful companion, guardian of the home and father of children had marked the Japanese woman in the old family circle, but procedurally opened the space for the emergence of the “new woman”, at the end of the second half of the 20th century. Thus, financial independence, professional achievement and greater security are recent achievements that coexist with pathological social problems from the postwar period onwards. Within this universe of research, we seek to analyze the social constitution process of Japanese women through certain phenomena in the history of Ancient and Modern Japan, such as the traditional family *ie* system and the transformations of the Meiji Era (1868-1912). Methodologically, it starts with literary analysis by articulating sociological precepts with studies on Japanese culture. This new scenario is authentic in the history of a secular country demarcated by patriarchal systems and rigid mechanisms of ethical-moral conduct. Past appearances and stigmas need to be analyzed through the eyes of the social scientist in order to apprehend the new singularities.

Keywords: Japanese woman. *Ie* system. Traditional family.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília. Licenciado e Bacharel em sociologia. E-mail: vitorarraesgomes@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8322-3677>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14esp.p49-62>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

Algo que nos chama a atenção no Japão é quando a mãe empurra levemente a cabeça de seu filho para baixo para que a criança aprenda, desde a tenra idade, as primeiras lições de respeito ao pai ou ao irmão mais velho. Tal traço é característico de um Japão que vemos nos filmes de samurai, nas revistas em quadrinhos ou nos documentários de televisão. Contudo, estas peculiaridades não remontam apenas ao passado. De certo modo, elas persistem na sociedade japonesa contemporânea, mas não de forma idêntica àquela que preenche o nosso imaginário com todas as generalizações e conclusões que tendemos a empreender.

Preocupada com os variados tipos de comportamentos e modos de pensar dos japoneses, Benedict (2011, p.51) diz que a posição de cada pessoa no interior da hierarquia familiar japonesa depende da condição de ser homem ou mulher. Assim, mesmo que se comportasse da melhor maneira possível, a filha de uma família antiga não receberia o mesmo tratamento, presentes e dinheiro para educação que os reservados aos irmãos. Quanto a este cenário, é preciso lembrar que a antropóloga norte-americana se refere ao Japão que rivalizara com as nações ocidentais na primeira metade do século passado, e não ao país que se destacara no cenário-mundo do pós-guerra desde 1945, mergulhando em um capitalismo de grandes proporções tecnológicas nas décadas seguintes.

Observando atentamente, precisamos saber que os comportamentos japoneses não são apenas gestos habituais, mas sim códigos culturais que sinalizam àquele que se curva o direito de interferência do outro e, ao que recebe a mesura, as responsabilidades próprias de sua posição, tais como: o cuidado para com os demais membros da família e a condição de herdeiro. Existe uma hierarquia cujo fundamento é o sexo, a geração e a primogenitura. Apresentam-se, assim, os aspectos consubstanciais da vida familiar japonesa.

Neste texto, a intenção é analisar o processo social de constituição da mulher japonesa, mas, para tanto, será preciso percorrer alguns momentos da história do Japão para explicar algumas das bases sobre as quais a família nipônica se constituiu, considerando o papel desempenhado pela mulher e as mudanças que possibilitaram o seu deslocamento na sociedade. Pressupõe-se que certos aspectos da “mulher antiga” – de mais de três séculos atrás – contribuíram para a formação da mulher japonesa contemporânea. Teoricamente, considera-se os estudos de sociólogos fundamentais, como: William Goode e Göran Therborn. E no que concerne às investigações sobre cultura japonesa, incluem-se: Higa e Shirahige, assim como Nakayama.

Cada um dos autores contribui de forma específica neste estudo: Goode (1970) discute as deslocamentos familiares durante a história, Therborn (2006) deslinda

as formas pelas quais o sexo – enquanto expressão de poder – define as estruturas das famílias e, por sua vez, Higa e Shirahige (2009) levantam hipóteses sobre a situação feminina no Japão após 1945. É importante ressaltar que a preocupação de Nakayama não é sociológica, mas reconhecemos em seu trabalho uma grande contribuição, pois ele explica, com maestria, certas passagens da história japonesa para que o leitor melhor compreenda a inserção de um ensinamento religioso no Japão do século XIX². Ao optar pelo trabalho de Yoshikazu Nakayama, portanto, partiremos das reflexões que se referem à história, e não à doutrina.

Em contraste com a mulher japonesa tradicional de cabelo preso e sandálias de palha, temos o aparecimento da nova figura feminina, a partir das rápidas transformações do período pós-Segunda Guerra Mundial. Diante disso, este texto tentará responder algumas questões sobre: Quais são os fenômenos históricos que produziram a mulher japonesa? Como o sistema familiar antigo impactou a mulher? Qual é o espírito dessas transformações? E o que é exatamente essa nova mulher japonesa?

Para nos aproximarmos mais da figura feminina japonesa, é importante sabermos que, diferente da concepção cristã – em que Deus é objetivado no corpo de um homem e que existe a reencarnação –, no Japão, *Omotari-no-Mikoto* nasce e renasce todos os dias com o raiar e o pôr do sol, sendo o deus que representa a providência divina da temperatura no corpo humano e do fogo no mundo. *Kunitokotati-no-Mikoto* representa a providência divina dos olhos e umidade no corpo humano, e da água no mundo. *Izanami-no-Mikoto* (Mulher que convida) é o protótipo da mulher e representa a função de viveiro. *Izanagui-no-Mikoto* (Homem que convida) é o protótipo de homem e desempenha a função de semente. Como observado, é nítida a importância do feminino na mitologia japonesa, que concentra formas de explicação sobre a origem do mundo. Às mulheres, neste sentido, conferia-se uma aura divina, e os japoneses as associavam a certos fenômenos da vida cotidiana – como a plantação de arroz e a colheita. Por outro lado, nos contos de assombração, as mulheres eram tomadas como signos da ilusão e do desvirtuamento. Destarte, a mulher desempenhara uma simbologia importantíssima no Japão antigo: ela fora a Grande Mãe (KAWAI, 1996) que desempenhara papéis fundamentais nos mitos e nas religiões do povo japonês. Nas situações em que a Mulher/Grande Mãe era correlacionada a bons presságios, ela encarnava o lado espiritual.

A Grande Mãe pode ser vista como positiva ou negativa dependendo da forma como ela aparece (...): a mãe positiva alimentando as crianças, a negativa ou terrível

² A este ensinamento dá-se o nome *Tenrikyo*, e a tradução mais próxima para o português é: Ensinamento da Razão Celeste pois, na língua japonesa, *Ten* (céu/natureza), *Ri* (razão/motivo/lógica) e *Kyo* (ensinamento/religião) são partículas que, unidas, produzem conceitos. A base desta doutrina é a vida-modelo de Miki Nakayama, uma aldeã japonesa que vivera em fins do século XIX e que, acredita-se, fora o sacrário escolhido por *Deus-Parens*. Tornando-se *Oyassama* (Nossa Mãe), dedicou-se na orientação da humanidade para uma “vida plena de alegria e felicidade”.

devorando-as. No Japão, Kannon, que aceita tudo, é a Grande Mãe positiva, e Yama-Uba, que aparece nos contos de fadas como uma bruxa das montanhas que a tudo devora, é a imagem negativa. Izanami, uma grande Deusa na mitologia japonesa, concebeu a terra do Japão, mas depois ela se tornou a divindade da terra da morte; sua imagem é aquela da Grande Mãe que possui dois lados, um positivo e um negativo (KAWAI, 1996, p. 33).

No interior da estrutura xintoísta³, *Amaterasu* é a deusa do sol. De maneira mais detida, devemos nos referir a ela como *Amaterasu-o-mi-kami*: Gloriosa Deusa que brilha no céu. Esta concentração do elemento natural do fogo faz mais sentido quando nos informamos de que, em tempos antigos, a mulher era considerada portadora de poderes sobrenaturais que viabilizavam a comunicação com o divino. De acordo com as investigações de Higa e Shirahige (2009, p. 223), até meados da era Muromachi (1336), a sociedade japonesa era matriarcal e, entre pescadores, agricultores e mercadores – que compunham 80 % da população total –, a mulher desfrutara de liberdade, igualdade e poder trabalhando sob as mesmas condições que o homem. O fabrico de tecido e plantio do arroz eram funções femininas e configuravam a principal fonte de renda dos camponeses. Sendo assim, se a mulher participava de forma direta de atividades vitais para a vida da comunidade, isto se devia à importância que o Japão conferia ao conhecimento mito-poético baseado em uma tradição essencialmente oral.

CONFUCIONISMO E XOGUNATO: DEFINIÇÃO DAS FORMAS DE CONDUTA DENTRO E FORA DA FAMÍLIA

Por muito tempo, a vida das mulheres japonesas fora definida pela ética confuciana das três obediências, sendo elas: quando jovem devia obediência ao pai (*Oya-Koukou*); ao se casar, obediência ao marido; e em sua velhice, obediência aos filhos. A estrutura deste sistema patriarcal de doutrina confuciana fora a reprodução da hierarquia social reforçada por guerreiros e elite. Desse modo, faz-se necessário – preliminarmente – explicar o que fora o confucionismo na história japonesa.

Foi Ieyasu Tokugawa que adotou uma forma de confucionismo como doutrina oficial para o Japão. Para Nakayama (1992), esse tipo de confucionismo provinha da escola ideológica de Chu Hsi, um célebre expoente do neo-confucionismo na China. Assim, o Xógum – comandante militar absoluto – decretara que a educação da classe samurai teria como base este ensinamento que enfocava valores guerreiros tradicionais como a lealdade, devoção filial, obrigação e boas maneiras.

³ O xintoísmo é a espiritualidade basilar do Japão, uma incorporação de várias práticas e tradições espirituais que remontam à pré-história do país. Também chamado de religião pelos analistas ocidentais, o xintoísmo é estruturado, entre outras coisas, pelo respeito às forças da natureza e reverência a certos animais, como à carpa, ao grou, ao gato, ao guaxinim e à raposa.

O objetivo dos Tokugawa, ao adotar a ética confuciana, assemelha-se a quando promoveram o Budismo, mas a diferença era obter o suporte ético para a política administrativa de estado. Assim, a teoria neo-confuciana pregava um conservador código de conduta, exigia obediência absoluta, respeito às autoridades e harmonia com a ordem social. Estava composto, assim, o cenário despótico que seria defendido pelos guerreiros samurais, mesmo que tivessem que sacrificar as suas próprias vidas. Orientados pela ideia de que cada indivíduo possuía o seu lugar dentro da hierarquia social, cabia-lhes garantir a fórmula do governo Tokugawa: o equilíbrio combinado de repressão e obediência (NAKAYAMA, 1992, p.31).

O período Tokugawa, também conhecido como Xogunato (1603-1868), fora orientado por valores confucionistas, e mantivera a mulher como reprodutora, confinada aos afazeres domésticos e afastada das deliberações políticas – um reflexo do sistema de pensamento que vigorara há séculos. Contudo, é inegável a importância do feminino, não apenas dentro do núcleo familiar mas, sobretudo, para a constituição da sociedade japonesa. Empreender um breve percurso em momentos da história do Japão possibilita observar que a composição familiar fora ocorrendo à medida em que a mulher se deslocava, paulatinamente, de posições de subserviência aos lugares nos quais detinha o poder decisório – mesmo que inicialmente isto tenha ocorrido dentro dos limites domésticos.

Para Nakayama (1992, p. 6-7), o Xogunato fora um governo militar estabelecido por Ieyasu, o primeiro Xógum Tokugawa em Edo (Tokyo), no ano de 1603. Este homem e, posteriormente seus descendentes, mantiveram o controle da sociedade feudal japonesa por 265 anos até seu término, em 1868, com a restauração Meiji⁴ (1868-1912). Mesmo após esta transição, não podemos afirmar definitivamente que o Japão superara o feudalismo, já que a passagem para a industrialização não fora imediata e muitas das desigualdades sociais permaneceram, tais como o confisco das terras, a discriminação da aristocracia e da classe samurai em relação aos agricultores e comerciantes, além do abandono da população pobre pelas lideranças políticas.

Neste sentido, por mais que alguns livros, revistas e dossiês sobre o tema sempre indiquem que esta passagem marcara a mudança do passado para um futuro industrializado, apenas a aristocracia e as classes mais próximas dela gozaram dos benefícios a partir dos tratados comerciais com as nações estrangeiras. Por seu turno, os habitantes dos vilarejos eram submetidos a desgraças diversas: sendo mortos nas guerras entre os *daimios* (senhores de terras), ou por assaltantes e samurais. Os agricultores

⁴ Em termos históricos, é mais adequado utilizar o termo Restauração ao invés de Revolução, uma vez que esta transição fora marcada pela vitória dos monarquistas que venceram as tropas do regime Tokugawa. Com a abolição do Xogunato, o poder fora restaurado, isto é devolvido ao Imperador Meiji. Houvera a mudança de poder de uma família aristocrática para a classe imperial. Durante muito tempo, o Imperador fora considerado um Deus Vivo e a ele caberia governar o país. Diferente das revoluções ocidentais, não existira no Japão a ideia de que o povo deveria viver de acordo com suas próprias decisões.

dependiam estritamente do cultivo das plantações, caso contrário, morriam de fome. Deviam pagar altos impostos às administrações locais e, além disso, suas colheitas eram constantemente confiscadas pelas autoridades provinciais.

Levando isto em conta, a dita passagem da velha sociedade feudal para a era Meiji (1868-1912) representa um período de dramática mudança nunca vista pelos próprios japoneses mas, por outro lado, nem todos os segmentos da sociedade foram beneficiados pelas transformações. As mudanças e os progressos surgidos na era Meiji (1868-1912) correspondem à modernização do Japão no século XIX – em termos de mobilização gradual dos segmentos sociais e permanência dos costumes, moralidades e ética (Nakayama, 1992). Por seu turno, a mulher japonesa fora produto deste tempo e os fatores destes fenômenos históricos modificaram tanto sua relação com o conceito de beleza como sua noção de corpo.

Tais mudanças podem ser observadas, por exemplo, na estética feminina. Junichiro Tanizaki – literato japonês do século passado – ressalta o apreço pela sombra na cultura japonesa. Na ótica deste escritor, as mulheres costumavam enegrecer os dentes até fins do século XIX – além de ser parte da maquiagem feminina, introduzir sombras na cavidade bucal era considerado belo. Os quimonos das senhoras e, inclusive de mulheres jovens, eram compostos de cores sóbrias, visto que as roupas deveriam interagir com as sombras. À exceção, apenas os rostos – demasiadamente brancos – e as mãos permaneciam à mostra: as únicas peças semelhantes à porcelana que se destacavam em meio a um corpo de estatura baixa, absolutamente desprovido de seios ou quadris salientes. Tudo imerso em profundo negrume entre espessas camadas de tecido:

(...) Em outras palavras, nossos ancestrais viam a mulher como uma obra em *makie* ou madrepérola, algo cuja relação com as sombras era indissolúvel, e tudo faziam para imergi-la na penumbra ocultando-lhe braços e pernas em mangas e quimonos longos e destacando-lhe apenas a cabeça. Realmente, o torso achatado e desprovido de simetria poderá parecer feio quando comparado ao de mulheres ocidentais. Contudo, nossos pensamentos não alcançam o invisível. O invisível consideramos inexistente. Quem insiste em contemplar a feiura encoberta expulsa a beleza aparente com a mesma presteza daquele que ilumina o nicho com uma lâmpada de cem velas (TANIZAKI, 2007, p. 47).

Com a assimilação das tendências estrangeiras, a partir do período Meiji (1868-1912), os tamancos de plataforma e as fartas indumentárias, combinadas às faces alvas, concorreram com os vestidos longos, as maquiagens de tons róseos e os chapéus de extremidades largas importados da Europa. Paulatinamente, o Japão que Tanizaki (2007) descrevera foi desaparecendo: as sombras passaram a ser extinguidas em virtude da adoção de lâmpadas elétricas. Mais adiante, com a democratização pós-1945 os vestidos espalhafatosos cederam espaço às meias-calças, às unhas postiças e até ao corte

de cabelo chanel. Por conseguinte – embora isto seja discutido em outro momento deste texto – a ternura e a timidez, enquanto aspectos subjetivos das japonesas, foram ressignificadas frente à conquista da liberdade de opinião.

Retornando à contextualização, a última década do século XVIII diz respeito ao último período Tokugawa, nele a administração do Xogunato ainda não estava totalmente mergulhada na indolência e na corrupção que, mais tarde, caracterizá-la-ia. Ienari (1787-1837), o xógum que governava naquele momento, expurgara os elementos corruptos do governo e conseguira restabelecer, de forma temporária, a política clássica Tokugawa. Essa decisão fora feita sob pressão e, conseqüentemente, sinais de declínio e correntes de evolução para uma nova era tornaram-se visíveis aos poucos.

A política de isolamento nacional data deste momento, pois para assegurar a perpetuação do seu governo, não seria vantajoso aos Tokugawa manter o livre intercâmbio com os outros países – o que permitiria a introdução de novas culturas, fazendo com que a população ficasse bem-informada, e o sistema social tornar-se-ia aberto às críticas internas. A autocracia feudal temia as críticas que podiam recair sobre eles e, assim, foram cerradas as portas do Japão para o mundo exterior por pouco mais de dois séculos e meio. Durante este longo tempo, o país fora desprovido de quaisquer mudanças provenientes de fora, contudo, o cultivo e o refinamento dos costumes e tradições nacionais foram permitidos, mas sob a vigilância das autoridades.

ASPECTOS GERAIS DA FAMÍLIA TRADICIONAL

Outros setores da sociedade também foram atingidos pelo controle governamental, como o campo familiar. Nakayama (1992, p. 12) nos explica que era difícil aos jovens, durante o período Tokugawa, conquistarem as coisas mediante esforço próprio, e não lhes restava alternativa senão apegarem-se às funções tradicionais e bens herdados dos antepassados. Melhorar de vida era uma possibilidade mais próxima ao filho mais velho que, normalmente sucedia ao pai como chefe da casa, ou até mesmo para uma parcela limitada de descendentes mais jovens que recebiam uma parte dos bens da família – condições primeiras para que eles mesmos conseguissem formar as suas famílias. Todavia, isto também fomentou um conjunto de segundos e terceiros filhos que, por não terem recebido herança, estavam impossibilitados de serem independentes. Por conseguinte, as circunstâncias pouco favorecedoras para os não primogênitos faziam com que os casais praticassem o *mabiki*, isto é, assassinavam seus filhos mais novos para que fossem poupados do sofrimento futuro, uma vez que a família, que se encontrava a na miséria, não possuía condições mínimas para sustentar as crianças.

O sistema tradicional de família existe desde o período Tokugawa (1603-1867) e persiste, mais fortemente, nas famílias que residem em áreas rurais – possivelmente isto ocorra por conta da maior facilidade de manutenção dos valores tradicionais pelas famílias que se encontram distantes dos centros ocidentalizados. Higa e Shirahige (2009, p. 226) acrescentam a esta discussão ao aferirem que os membros não sucessores (segundos e terceiros filhos, por exemplo) eram acomodados na casa da família como trabalhadores, e não detinham o mesmo *status* que o primogênito. No século XX, com a expansão dos estabelecimentos industriais nas zonas urbanas, os não-primogênitos se tornaram assalariados e migraram para longe, o que engendrou mudanças na estrutura da família tradicional da sociedade rural. Ademais, esses filhos eram encaminhados à formação de nível universitário ou ao casamento, o que explica o fato social de intelectuais japoneses, e profissionais de alta instrução técnica, serem não-herdeiros.

O SISTEMA *IE*

Estas características gerais da sociedade japonesa correspondem à forma de organização da família. Esta organização tradicional da família chama-se *ie* (いゑ de acordo com o alfabeto fonético *hiragana*, e 家 em *kanji*) e o seu fundamento é a ideologia confuciana de gratidão. O ideograma *ie* pode significar família, casa, grupo doméstico, linhagem, lar e residência. Geralmente, é mais comum ser compreendido como linhagem no sentido da sucessão de gerações dada a grande importância que os japoneses atribuem à família. Este sistema é patrilinear, e o que se destaca é a regra de sucessão do filho primogênito.

Na ausência do primeiro filho – ou caso este não correspondesse às prerrogativas e objetivos da família –, era facultado ao pai deserdá-lo e adotar um jovem talentoso para substituí-lo. Segundo Goode (1970, p. 188), a adoção, portanto, acabava sendo uma forma de ascensão social no Japão. Inclusive, o indivíduo escolhido progredia sozinho e, tornando-se parte da nova família, ele não mais pertencia à de origem. Higa e Shirahige (2009) complementam dizendo que, ao adotar a criança ou o jovem, dava-se preferência àquele que possuísse relação consanguínea com a família (sobrinhos por exemplo), caso contrário, também se adotava um marido (adoção chamada *youshi*) para as filhas solteiras, com o objetivo de dar continuidade ao sobrenome além, é claro, do direito de sucessão na posição de chefe deste sistema familiar.

Segundo Goode (1970, p.187), dentro de meio século após 1868, o Japão estabelecera indústrias pesadas sem o auxílio de capitais estrangeiros, de modo a investir em seu sistema de educação, estabelecendo a obrigatoriedade da alfabetização masculina e feminina de forma quase universal, introduzindo um novo conjunto de relações sociais e assemelhando-se, portanto, ao sistema de mercado do ocidente. Esta transformação

provocou mudanças substanciais na economia, mas não garantiu a ascensão imediata das mulheres na sociedade. A disputa por cargos de prestígio nas grandes empresas, nas instituições públicas, e até mesmo o acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, começara a ocorrer apenas na segunda metade do século XX.

Neste raciocínio, é que Therborn (2006, p. 178) argumenta que a ética confuciana é o mais patriarcal de todos os grandes sistemas normativos do mundo. Por conta disso é que o Código de Família Japonês de 1898 fora uma “(...) tentativa de generalização da velha família samurai para o conjunto da população”. Assim, Göran Therborn compreende que a vida da família samurai fora definida pelos valores confucianos de total obediência aos pais e mestres, e isto significa que tais valores também se fizeram presentes na estrutura da família japonesa, o que explica a total submissão da mulher ao marido e aos sogros, tal qual o samurai que servia ao seu senhor e atendia prontamente às decisões do sistema xogunal. Trata-se de uma interpretação da forma pela qual se constituíra a família japonesa: cada membro do grupo familiar recebera os valores confucionistas como herança: o homem ganhara o dever de ser leal à estrutura de comando vigente, e à mulher incumbiram a total subserviência e fidelidade à família.

A posição e o papel das mulheres variavam de acordo com a idade, o casamento e a condição social. As filhas não tinham a mesma posição na família do que os filhos porque eram consideradas membros temporários até que se casassem. Após o matrimônio, elas não tinham direito de tomar decisões em casa em virtude da lógica da família tradicional, em que prevalecia a vontade do homem. Mesmo se fossem casadas com o primogênito tinham de ser submissas e obedientes ao marido e aos sogros. *Uchi no yome* (noiva de nosso *ie*), é um termo que faz referência à noiva do primeiro filho, o herdeiro, e tem o sentido de que ela não pertencia apenas ao marido, mas sim à toda a família (HIGA & SHIRAHIGE, 2009, p. 226-227). A partir do momento em que se adentrava o círculo do *ie* do marido, tinha de cultivar não apenas o nome da nova família, mas também os seus ancestrais perpetuados na linhagem através dos filhos. Apenas quando seu marido se tornava o chefe da família, de acordo com a regra de sucessão, é que a mulher adquiria certo poder em relação à administração da casa e das finanças.

A transição da posição de total submissão para a de mandatária acontecia quando as mulheres se tornavam sogras, isto normalmente as transformava em figuras autoritárias, e tudo que viesse da nora não lhes agradava. A sogra detinha o poder de até mesmo desfazer o casamento caso a nora não atendesse às suas expectativas. A esposa que porventura tornava-se sogra “(...) geralmente dirige o seu reino doméstico com mão tão firme como se jamais tivesse sido, metade da vida, uma flor anuente” (BENEDICT, 2011, p. 52). O filho, como também o chefe do *ie*, não se opunha à

ela, pois lhe competia lidar com as questões internas, conforme apontado por Higa e Shirahige (2009). As mulheres que dispunham de uma maior autonomia e alguns privilégios na administração do *ie* eram as que se casavam com os não-primogênitos.

Contudo, este cenário sofre mudanças a partir de 1945, com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A sequente ocupação americana trouxe consigo novas ideologias que recaíram sobre a sociedade japonesa, o que provocou transformações nas funções desempenhadas pelos membros da família. Mas é importante sabermos que a presença norte-americana não fora sinônimo de abolição dos elementos familiares tradicionais, já que eles permaneceram na estrutura da sociedade. Higa e Shirahige (2009, p.227) nos mostram que a influência americana definira a democratização da sociedade japonesa e, neste processo o sistema *ie* foi oficialmente removido da nova Constituição de 1946, do novo Código Civil de 1947 e da Lei da Família e Herança de 1948.

Tendo os ideais liberais americanos como guias, as novas leis japonesas enfatizam os direitos da pessoa e a igualdade, entre os membros da família. Na nova constituição, a concordância do casal passou a ser o alicerce da união matrimonial, a reponsabilidade fundamental estava, inicialmente, na proteção da esposa e dos filhos e, posteriormente, nos pais idosos do marido. Em suma, redefiniu-se o conceito de família que, de arranjo extenso da linhagem paterna, passou à família nuclear, no entanto, o atendimento das necessidades dos pais continuou ao encargo dos filhos.

OS DESLOCAMENTOS: A GERAÇÃO ANTIGA, A GERAÇÃO VANGUARDA E A GERAÇÃO JOVEM

À primeira geração de mulheres do pós-guerra, na perspectiva de Higa e Shirahige (2009), dá-se o nome de “geração vanguarda”. As mulheres daquele momento foram educadas segundo o ideário de igualdade sexual em oposição ao padrão tradicional, mesmo na escola. Neste molde, elas procuravam se relacionar com os seus maridos segundo o signo da igualdade. É uma geração preparada para formular seus argumentos defronte às opiniões e desejos do marido e da sociedade se comparada à geração precedente.

A expansão das atividades dessa geração era dificultosa porque a sociedade japonesa ainda não estava preparada para oferecer o suporte necessário para a total emancipação das mulheres. Mesmo que a legislação nacional assegurasse direitos iguais, os homens japoneses não se interessavam por aquilo que suas companheiras faziam, e mantinham o pensamento de que elas continuariam a desempenhar os trabalhos como boa esposa e mãe dedicada dentro dos moldes convencionais (HIGA & SHIRAHIGE, 2009, p. 241). No entanto, elas estavam se dedicando às atividades fora do lar: enquanto algumas conseguiram serviço, outras deram continuidade aos

seus estudos e até se engajaram em movimentos políticos. Mesmo assim, as mudanças foram lentas, e as conquistas também pois, desempenhando várias funções, elas eram obrigadas a se afastar do emprego durante a gestação e, apenas mais tarde, quando os filhos ingressavam nas escolas, é que podiam retornar ao serviço – mas somente em locais que lhes era assegurado – em trabalhos de suporte administrativo, por exemplo. Isto produziu um quadro frustrante, já que continuaram a ser dependentes do dinheiro dos maridos, e assim, a igualdade sexual por elas almejada permaneceu distante.

O que marcou esta geração foi o esforço inicial das mulheres, que ampliaram o seu universo e o seu horizonte, dedicando-se a diferentes atividades, como profissão, passatempo, trabalho comunitário, atividade de caráter político, atividades culturais e artísticas, entre outras. Portanto, a chamada “geração vanguarda” é composta por mulheres que afetaram significativamente os valores e as instituições, impulsionando a transição dos comportamentos e funções sexuais tradicionais para um novo tipo de mulher da era pós-industrial. Mesmo cuidando dos seus pais idosos, elas assumiram nova direção para as suas vidas na ambivalência entre o antigo e o novo.

Do ponto de vista de Higa e Shirahige (2009), a “geração jovem” é fruto da geração vanguarda, e podemos dizer que elas ampliaram o horizonte de atuação das mulheres, cujo pontapé inicial fora dado por suas mães com muito esforço. Elas se beneficiam das conquistas que, inclusive, foram também engendradas pela expansão da economia japonesa. Essas mulheres atingiram a independência financeira com seu próprio trabalho e, assim, puderam sentir-se mais seguras. Infelizmente, em muitas repartições públicas e privadas, elas recebiam salário inferior ao dos homens, mesmo que desempenhassem as mesmas funções. Pode-se interpretar, a partir das produções cinematográficas, animações e das séries televisivas japonesas – que são um retrato da realidade social –, que humilhações, constrangimentos e assédios ainda são corriqueiros. Elas sofrem isto não apenas dos seus superiores no ambiente de trabalho, mas também em filas de banco, estabelecimentos comerciais, restaurantes, supermercados e nos transportes públicos.

Destaca-se o fato de que as mulheres nipônicas não precisam mais se casar para terem uma vida confortável, tampouco sacrificarem seus objetivos individuais em prol do bem-estar da família. Como o casamento não é mais uma obsessão, agora elas podem ter uma vida de solteiras, desfrutando de sua liberdade como bem entenderem, posto que o dinheiro lhes permite realizar coisas que eram inconcebíveis para as suas avós: como uma formação acadêmica sólida, uma aprovação em concurso público, um emprego em uma boa empresa e a liberdade sexual.

Também mudou a expectativa da mulher em relação ao homem na medida em que as jovens foram se educando nos níveis técnicos e universitários, o que implicou na não aceitação de homens indulgentes e grosseiros. As jovens mulheres japonesas:

Esperam de seus parceiros, no mínimo, o mesmo nível de escolaridade e a capacidade de se engajarem em uma conversa interessante e prazerosa, não aceitando mais grunhidos e tampouco respostas monossilábicas como as de seus pais. Os homens, por sua vez, consideram essas mulheres altamente escolarizadas e bem-informadas difíceis de acompanhar, pois são menos vulneráveis às manipulações (HIGA; SHIRAHIGE, 2009, p. 243).

Há dilemas que as jovens japonesas, que estão entre os 20 e 30 anos, enfrentam, tais como a falta de delimitação dos seus objetivos pessoais e profissionais defronte às infinitas opções que existem. Imersas em um oceano de informações e influências externas, se sentem confusas ao se depararem com a imagem de mulher que predomina na mídia: magra, elegante e bem-vestida. Por outro lado, a anorexia, o tabagismo e o alcoolismo entre elas aumentaram (HIGA & SHIRAHIGE, 2009), talvez um reflexo da ansiedade e da constante pressão no trabalho ou nas relações com seus pares. Muitas vezes a independência financeira é utilizada para aquisição de roupas e itens de luxo caríssimos, algo que é comum nas grandes metrópoles como *Tokyo* e *Osaka*.

Em situações nas quais o salário não é suficiente para arcar com os produtos de marca, elas tornam-se dependentes das máquinas eletrônicas de jogos de sorte/azar nas quais podem ganhar mais dinheiro, retornando às compras ou gastando em bebidas. Sob influências norte-americanas e sul-coreanas, as jovens japonesas que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, pintam e descolorem seus cabelos, tornam-se adeptas dos *piercings* nos lábios, narizes e orelhas. Usam e abusam dos vestidos, das camisetas rasgadas, das calças e dos diferentes tipos de calçados que podem adquirir. Após as obrigações diárias, saem para beber e cantam nos *karaokês*. Ingressam em bandas mesmo durante o percurso escolar e, aprendendo a tocar instrumentos elétricos, compõem músicas – claro que em um contexto no qual as escolas ensinam música, além de haver o financiamento significativo de grupos artísticos, tanto pelo estado como por iniciativas particulares.

CONCLUSÃO

Para tentar responder às questões levantadas no início deste texto, pode-se dizer que o que define a “nova mulher japonesa” ou a “geração jovem” é a dificuldade de delimitação da identidade desde o ambiente familiar, por dois motivos principais: primeiro, a supervalorização da masculinidade, da lealdade e do sacrifício que, como valores confucionistas, são presentes no Japão desde o Xogunato Tokugawa do século

XVII. E, segundo a imensa oferta de influências externas advindas com a forte presença estrangeira, sobretudo norte-americana, desde a segunda metade do século passado.

Acrescenta-se que, a baixa taxa de natalidade das décadas finais do XX, acompanhada da imersão massiva da população adulta no mundo do trabalho, gerou a ausência de rivalidade entre os filhos das famílias nucleares, fato que fortaleceu a necessidade dos japoneses de serem autônomos desde a infância. Junto a isto, a alta exigência por pré-escolas, faculdades e profissões de alto padrão, engendra uma diversidade de patologias sociopsicológicas: a dificuldade de autocontrole, a incapacidade de lidar com os fracassos, a tendência à solidão, a dependência das bebidas alcóolicas e do tabaco, além da propensão ao suicídio.

O sistema de família *ie* impactara as jovens no sentido de não desejarem o mesmo tipo de vida direcionado às suas mães e avós, com toda a subserviência e dedicação exclusiva à casa. A história não nos permite aferir que elas estão “descontando” sobre a sociedade contemporânea todos os séculos de “maus-tratos” e “injustiças” que sofreram, mas sim que se encontram em processo de autodescoberta naquele pequeno arquipélago do globo que aprendeu a viver o futuro sem renunciar ao passado.

REFERÊNCIAS

- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. – 4. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DOCTRINA de Tenrikyo. *Sede da Igreja Tenrikyo*. Japão: Murc Editora Gráfica LTDA, 2011, p. 3-47.
- GOODE, William J. *A família*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970, p. 169-192 (Cap. X. Mudanças nos padrões familiares).
- KAWAI, Hayao. *A psique japonesa: grandes temas dos contos de fadas japoneses*. São Paulo: Paulus, 2007.
- NAKAYAMA, Yoshikazu. *Minha Oyassama*. *Japão: Divisão de Tradução do Departamento de Missões Ultramarinas da Tenrikyo*, 1992.
- SHIRAHIGE, Elena Etsuko; HIGA, Marília Matsuko. *As vicissitudes da mulher japonesa: da submissão à força feminina*. In: *Gênero, educação e política: múltiplos olhares*. São Paulo: Ícone, 2009, p. 221-246.
- TANIZAKI, Junichiro. *Em louvor da sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

